

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Barros, Henrique da Gama (Lisboa, 1832- Lisboa, 1925)*

Jurista, magistrado, político e historiador, nome fundamental da nossa Historiografia da viragem do século XIX para o século XX. Natural de Lisboa, HGB cursou Direito na Universidade de Coimbra entre 1848 e 1853. Profissionalmente chegou a exercer a advocacia (1855-57), e foi também Administrador do concelho de Sintra (1857-62), Administrador de Bairro em Lisboa (1862-69) e Secretário do Governo Civil da Capital, ocupando ainda a titularidade do referido Governo Civil em dois momentos (1876-77 e 1878-79). Vogal do Supremo Tribunal Administrativo entre 1877 e 1879, neste último ano ascende a Conselheiro do Tribunal de Contas, cuja Presidência ocupará de 1900 a 1910. Os anos finais da Monarquia assistirão a uma breve passagem sua pela política, como apoiante de João Franco e do Partido Regenerador-Liberal, sendo nomeado Par do Reino em 1906. Com a proclamação da República cessa toda a actividade profissional e intervenção política.

Jurista de formação e magistrado de profissão, HGB estreou-se “literariamente” em 1860, com uma compilação do Direito Administrativo do seu tempo. Essa obra (*Reportório Administrativo...*) é normalmente considerada o ponto de partida do projecto de uma “História Geral da Administração”, que abordasse os antecedentes do Código de 1842. Ou seja, HGB apresentar-se-ia à partida como um jurista que “faz História”, preambulando um tratado de “Direito Administrativo Português” (que resultaria da reedição ampliada do livro de 1860), e não como um historiador *tout court*. Mas a realização da obra (de que os séculos XII e XV seriam apenas o primeiro de três momentos a tratar) acabou por revelar o historiador, e particularmente o medievista. Geracionalmente próximo de autores como Henry Thomas Buckle (1821-1862), Ernest Renan (1823-1892), Hippolyte Taine (1828-1893), Theodor Mommsen (1817-1903) e Numa-Denis Fustel de Coulanges (1830-1889), particularmente influenciado pelo último, HGB pode inserir-se numa Historiografia “constitucionalista” do Direito Público, com expoentes europeus ainda em Georg Waitz (1913-1886), William Stubbs (1825-1891), Frederick Pollock (1845-1937), Frederick William Maitland (1850-1906) ou Eduardo de Hinojosa (1852-1919).

* Texto dos anos 90, elaborado como entrada para um Dicionário que não se concretizou. Actualiza HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Gama Barros, historiador das instituições administrativas (No I Centenário do início da publicação da “História da Administração Pública em Portugal nos seculos XII a XV)”», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, II sér., II (1985): 235-248 (Separata, Porto, 1985, 16 pp); reed. in IDEM – *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Horizonte, 1990: 35-47. Serviu de base a uma conferência proferida na FL/UC em 2016/01/11.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Em termos nacionais, não é propriamente fácil “enquadrar” HGB: em primeiro lugar pela sua singular posição no século XIX português; depois por todas as indefinições da nossa historiografia de então, desde logo em termos de enquadramento institucional: efectivamente, o historiador do tempo português de HGB já não é o típico académico da viragem do século XVIII para o século XIX, produtor de *memórias* de grande erudição (modelo personificável em António Caetano do Amaral (1747-1819), José Anastácio de Figueiredo (1776-1805), Francisco Aragão Morato (1777-1838) e sobretudo João Pedro Ribeiro (1758-1839), autores cuja sólida informação será aliás uma das grandes *fontes* de HGB); mas também ainda não é o *profissional da História* dos nossos dias. HGB já não escreve *memórias* mas um *livro*, com tudo o que esta mutação representa. A *Historia da Administração Publica* pretendia-se à partida uma *síntese*, para um público de *juristas*, mormente os pares do autor na função judicial e administrativa. Mas a elaboração da obra revelou uma vocação de fundo de historiador, produzindo capítulos crescentemente *eruditos* (e, conseqüentemente *analíticos*) à medida que o livro avança. Se o 1º volume da edição original (tomos I e III da 2ª edição) ainda nos surge como relativamente sintético (e fundado eminentemente em fontes documentais e crónicas impressas; de onde, o ser a secção da obra mais *datada* pelas ulteriores mutações dos estados de conhecimentos), os restantes irão de aprofundamento em aprofundamento, impedindo o autor não só de ultrapassar cronologicamente o século XV, como, dentro da Idade Média, de cumprir cabalmente o plano traçado. A cronologia da edição original não deixa de ser, a este respeito, esclarecedora:

- 1º volume (tt. I e III da 2ª edição): preparado desde os meados da década de 60, publicado em 1885;
- 2º volume (tt. IV e V da 2ª edição): publicado em 1896;
- 3º volume (tt. VI a VIII da 2ª edição): publicado em 1914;
- 4º volume (tt. IX e X da 2ª edição): publicado em 1922;
- 5º volume (materiais para o ...; = t. XI da 2ª edição): em estado avançado de elaboração à data da morte de HGB, em 1925.

Concretizando um pouco mais esse crescente aprofundamento da análise: HGB consagrou o volume inaugural aos livros I e II da obra (“Direito escripto e direito tradicional” e “Administração Central”, respectivamente); a eles se seguiria a “Administração Geral”; mas o facto é que o autor acabará por inserir, como livro III, uma longa secção sobre a “Situação economica do paiz” (que no plano original não passava de título introdutório), a qual se espriará pelos volumes 2º e 4º. A “Administração Geral”, como livro IV, acabará por constituir o inacabado (e impublicado) volume 5.º (tomo XI da 2ª ed.).

Apesar dos inacabamentos, é óbvio que HGB produziu uma obra abarcante de um alargado leque de temas e problemas na abordagem (“globalizante”, quase diríamos) da sociedade medieval portuguesa, mormente os materiais constantes no 2º volume e subsequentes (os quais traduzem, eles sim, uma pesquisa



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

arquivística mais sistemática, mormente na Torre do Tombo). E é isto que explica a *fortuna*, em vida e póstuma, do autor. Com efeito, a publicação dos dois primeiros volumes abriu-lhes as portas da Academia das Ciências de Lisboa (correspondente em 1886, efectivo em 1893; será sócio de mérito em 1915 e emérito em 1920), do Instituto de Coimbra (1886; sócio honorário em 1899) e da Real Academia de la Historia, de Madrid (1893).

A posteridade medievística de HGB rapidamente fez da sua obra algo de consulta indispensável, em domínios tão diversos como sejam o regime de propriedade, os grupos sociais ou as instituições políticas ou jurídicas. E a esse respeito é desde logo de destacar a influência exercida nas Faculdades de Direito e numa Historiografia jurídica em vias de renovação a partir dos alvares do nosso século (Guilherme Moreira [1861-1922], Marnoco e Sousa [1860-1916], Joaquim Pedro Martins [1875-1939] e sobretudo Paulo Merêa [1889-1977], Luís Cabral de Moncada [1888-1974] e, mais tarde, Marcello Caetano [1906-1980]). E, depois, a recepção por uma comunidade historiográfica que pelos anos 40-50 esboçava o seu longo (e por vezes penoso) processo de institucionalização universitarizante: é a “Escola de Coimbra” que recolhe a biblioteca e o espólio de HGB, e é um dos seus membros (Torquato de Sousa Soares [1903-1988]) quem procede, de 1945 a 1954, à reedição da obra, doravante de manuseio tornado corrente (infelizmente, os prometidos índices nunca foram dados à estampa; nesta matéria estamos reduzidos ao tentame que Augusto Reis Machado operou nos anos 30 sobre a edição original).

O medievista dos alvares do século XXI continua a ter em HGB uma incontornável referência. O abalçar à abordagem de um qualquer tema medieval quase pressupõe, qual “acto reflexo”, uma consulta da *Historia da Administração Publica*, no sentido de apurar o que o autor escreveu e opinou (ou *não* escreveu *nem* opinou) na matéria. Pela *palavra* ou pelo *silêncio*, HGB está portanto presente na laboração do investigador actual, não como “a nossa Bíblia” (expressão que a tradição oral atribui, a seu respeito, a Virgínia Rau [1907-1973]), mas como uma espécie de “colega mais antigo”, inolvidável pelos expoentes de um medievismo universitário finalmente configurado na nossa Historiografia a partir dos finais da década de 70.

«Le véritable patriotisme (...)
c'est le respect pour les générations qui nous ont précédés»

(Fustel de Coulanges, cit. por HG)

Bibliografia activa *Reportorio Administrativo. Dedução alfabética do código administrativo de 1842 (...)* e *da legislação correlativa subsequente até 1860, inclusive*, Lisboa, 1860; *Historia da Administração Publica em Portugal nos séculos XII e XV*, 2ª edição, dir. Torquato de Sousa SOARES, tt. I-XI, Lisboa, Sá da Costa, 1945-54; «*Communas de Judeus e Communas de Mouros*», ed. J. Leite de VASCONCELLOS, *Revista Lusitania*, XXXIV (1937): 165 ss.; XXXV (1938): 161 ss.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia passiva ALMEIDA, Fortunato de – «Gama Barros e a “História da Administração Pública em Portugal”», *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, XIII / 3 (1919, Ag.-Out.): 935-974; BAIÃO, António – «Gama Barros na Torre do Tombo e a sua grande colaboradora», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): LXXVII-LXXXV; FERRÃO, António – «Gama Barros e a sua obra», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, XIX (1925-1933): 261-299; FERREIRA, Luís Afonso – «Gama Barros e o Elucidário», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): XCVII-CXIX; GODINHO, Vitorino Magalhães – *Ensaio, III. Sobre Teoria da História e Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa, 1971; HESPANHA, António M. – «Historiografia jurídica e política do Direito (Portugal, 1900-1950)», *Análise Social*, 3ª série, vol. 18, n.ºs 72-73-74 (1982 - 3.º / 4.º / 5.º): 795-812; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Gama Barros, Historiador das Instituições Administrativas (No I Centenário do início da publicação da “História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV”）」, *Revista da Faculdade de Letras (UP). História*, II série, II (1985): 235-48. Reed. in ID., *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990: 35-47; HOMEM, Armando Luís de Carvalho – «Do Liberalismo à República ou um Tempo de Oportunidades Perdidas: para um perfil do “historiador português” de Oitocentos», *Revista Portuguesa de História*, 42 (2011): 85-94. Também in MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (Coord.) – *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*, Porto, Fac. Letras / UP, 2013: 115-124; MALTEZ, José Adelino – «Gama Barros, Henrique da», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. I, s. I., Alfa, 1985: 282; MARQUES, A. H. de Oliveira [Ed.] – *Antologia da Historiografia Portuguesa*, I. *Das Origens a Herculano*, II. *De Herculano aos nossos dias*, 2ª ed., Mem Martins, Europa-América, 1983; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988; MARQUES, A. H. de Oliveira; COELHO, Maria Helena da Cruz; DIAS, João Alves; ROSAS, Fernando; FRANÇA, José-Augusto – «Historiografia Portuguesa», in FRANÇA, J.-A. [Dir.] – *Portugal Moderno: Artes e Letras*, Lisboa, Pomo, 1991: 189-207; MERÊA, Paulo – «Esboço de uma História da Faculdade de Direito. 1º período: 1836-1865. 2º período: 1865-1902», *Boletim da Faculdade de Direito (UC)*, vols. XXVIII e XXIX (1952 e 1953): 99-180 e 23-197; MORENO, Humberto Baquero; DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – «História da Administração Portuguesa na Idade Média: um balanço», *Ler História*, 21 (1991): 35-45; RODRIGUES, Maria Teresa Campos – «Barros, Henrique da Gama», in COCHOFEL, João José [Dir.] – *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977: 648-649; SARDINHA, António – «Gama Barros», *DE vita et moribus*, Lisboa, L. Férin, 1931, pp.151-157; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1972; SOARES, Torquato de Sousa – «Barros, Henrique da Gama», in SERRÃO, Joel [Dir.] – *Dicionário de História de Portugal*, I / A-D, Lisboa / Porto, Iniciativas Editoriais / Figueirinhas, 1971: 305-307; SOARES, Torquato de Sousa – «Henrique da Gama Barros», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): V-LXXV; SOVERAL, Carlos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Eduardo de – «Barros, Henrique da Gama», in PRADO-COELHO, Jacinto do [Dir.] – *Dicionário de Literatura*, 3.^a ed., 1.^o vol. / A-E, Porto, Figueirinhas, 1983: 94; VALDEAVELLANO, Luís G. de – *Curso de Historia de las Instituciones Españolas. De los orígenes al final de la Edad Media*, 5.^a ed., Madrid, Revista de Occidente, 1977: 95-107; VELLOSO, J. M. Queiroz – «Gama Barros», *Revista Portuguesa de História*, IV (1949): CXXI-CXXVIII.

Armando Luís de Carvalho Homem